

## As Companhias de Aprendizes Menores

Adler Homero Fonseca de Castro  
Historiador, mestre em história, professor do mestrado profissional do IPHAN, Pesquisador do IPHAN, FUNCEB, CEPHiMEx, Sócio do IGHMB.

**Resumo:** Numa época em que praticamente não havia serviços sociais públicos, muitas das ações que hoje seriam consideradas como responsabilidade da administração pública caíam na esfera de competência das forças armadas, a única entidade governamental então de abrangência nacional no período colonial. Uma dessas ações foi a criação das *Companhias de Aprendizes Menores*, entidades que visavam a formação de operários habilitados para os arsenais e para as unidades de artífices/operários militares, atuando no acolhimento de jovens carentes ou órfãos em uma organização semimilitar, onde os internos receberiam educação fundamental, formação profissional e treinamento militar básico, passando então para as Companhias de Artífices/Operários Militares (tropa de material bélico). Agindo de 1818 a 1899, as Companhias de Menores estavam presentes nos principais arsenais do Império também se estendendo ao Arsenal de Marinha. Mesmo na época, já se sabia que a medida não obteve sucesso total, com o número de formados com habilitações artesanais reduzido e o custo das companhias elevado. No entanto a manutenção das Companhias por um longo período mostra que os militares tinham uma visão mais ampla de seu papel na sociedade, muito além do que uma simples análise de custo/benefício permitira considerar.

**Palavras-chave:** Educação profissional, educação militar, arsenais, assistência social, serviço de material bélico.

**Abstract:** At a time when there was not any public social services, many actions that nowadays would be considered as responsibility of civil service falling within the competence of the armed forces, the only part of the public administration with national coverage. One such action was the foundation of *Companhias de Aprendizes Menores* (Minor of Age Apprentices Companies), an organization that aimed to prepare skilled workers for the Army Arsenals and for the Military Artificers Companies, working in the host of disadvantaged youth or orphans in a quasi-military organization where internees would receive elementary education, professional training and basic military training, after which they would be enlisted in the Companies of Artificers (a supply and repair army unit). Active from 1818 to 1899, the companies were present in the main Army Arsenals of the Empire also extending to the Navy Arsenal. However, even at the time of its existence, the action did not achieve complete success, with less number of graduates with craft skills and high maintenance costs. Nevertheless, the existence of the Apprentices Companies for a long time shows that the military had a broader view of their role in society than a simplistic cost-benefit analysis would allow.

**Keywords:** Professional education, military education, army arsenals, social assistance, ordnance service.

Um dos aspectos que aparece muito pouco na bibliografia especializada sobre as forças armadas no Brasil, especialmente a respeito do período colonial e imperial, é sua estrutura logística. A historiografia mais tradicional que trabalha com o Brasil<sup>1</sup> enfatiza a dependência econômica dos mercados externos e uma suposta inexistência de fábricas locais que pudessem atender as necessidades locais. Tudo seria importado, pois no País só haveria latifúndios para a exportação de uns poucos tipos de bens agrícolas, a população local se dividindo entre senhores e escravos, todos os outros homens livres sendo “agregados” e “desocupados permanentes”, como defendia Caio Prado Júnior.<sup>2</sup> Esta é

---

<sup>1</sup> Por exemplo: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2000. e FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

<sup>2</sup> PRADO JÚNIOR, *op. cit.* p. 290.

uma visão extremamente simplista, criada para a defesa de um determinado modelo de como seria a história do País, visando apontar os determinantes da não industrialização na época que esses autores escreveram, as décadas de 1940 e 1950.

Uma rápida leitura das fontes históricas mostraria que isso era falso e que no Brasil havia manufaturas de porte ao longo de toda a sua história. Os próprios engenhos de açúcar, tradicionalmente considerados como a base da economia, eram manufaturas que processavam um produto agrícola, a cana, em um bem acabado, o açúcar.

Mais importante, sempre houve a necessidade de suprirem as forças armadas e não seria prático depender da importação de tudo. Seria loucura, por exemplo, mandar madeiras para a Europa e receber de volta carretas de artilharia acabadas, pois as madeiras da América eram superiores para uma série de usos e as carretas eram relativamente simples de serem feitas. O mesmo se aplicaria com itens bem mais complexos, até comunidades pequenas tinham uma surpreendente capacidade fabril: sete anos antes da fundação da primeira vila no País, São Vicente, em 1534, a povoação existente, apenas uns poucos moradores, era capaz de fabricar um bergantim,<sup>3</sup> navio de pequenas dimensões que podia navegar no oceano. Na Bahia seria fundado o primeiro estaleiro governamental fora de Portugal, a *Ribeira das Naus*, em 1714,<sup>4</sup> com um grande número de carpinteiros, ferreiros, fundidores (para peças de bronze, tais como cavilhas e roldanas), calafates, torneiros e feitores trabalhando no local.

Para o abastecimento das tropas de terra foi criada uma série de estabelecimentos regionais, inicialmente conhecidos como “trens”. Estes serviriam como armazéns de armas e munições, presentes no País desde o século XVII<sup>5</sup> e se estabelecendo em todo o território: Colônia de Sacramento, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Matos Grosso, sendo complementados por Depósitos de Artigos Bélicos nas outras capitanias da colônia. Estes estabelecimentos não armazenavam apenas os equipamentos como também os fabricavam e reparavam<sup>6</sup> tal estrutura, se conso-

---

<sup>3</sup> SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos: 1532-1936*. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937. p. 27.

<sup>4</sup> SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal, desde as origens do estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. p. 467.

<sup>5</sup> A Casa do Trem de Belém, por exemplo, foi ampliada em 1688. PEREIRA, Antônio de Barros. *Planta e alçado de um trem de artilharia*. In: COELHO, Geraldo Mártires. *Belém, trezentos e oitenta anos. Quadros de Memória*. Belém: FUMBEL, 1996.

<sup>6</sup> Por exemplo, existe uma avaliação de preços de cartucheiras feitas em Salvador, em 1721. RABELO, *et alii*. Registro da avaliação das armas e munições. Salvador, 12 de setembro de 1722.

lidando com a transformação dos trens em arsenais de guerra, em 1764, o mesmo ano em que foi criado o Arsenal de Guerra de Lisboa. Curiosamente, este arsenal era o único de Portugal, enquanto no Brasil havia sete deles, a Casa do Trem da Colônia de Sacramento não foi transformada em Arsenal por causa dos problemas de comunicação. Para a época, os arsenais do Brasil eram instalações de grande porte: em 1857, o Arsenal de Guerra tinha 857 operários trabalhando em 22 oficinas, cada uma delas com um quadro de operários que deveria superar a maior parte dos empreendimentos particulares do período.<sup>7</sup>

Os mesmos problemas de necessidade de suprimento fizeram com que fossem instalados *laboratórios pirotécnicos*, fábricas de munição, em praticamente todas as capitânicas. Também havia a Fábrica de Pólvora da Bahia e depois a do Rio de Janeiro, a Fábrica de Ferro de Ipanema e já no Império, a Fábrica de Foguetes no Campinho. Por sua vez, a marinha criou uma rede de *trens navais*, alguns deles depois transformados em Arsenais de Marinha, existindo no período colonial os de Santa Catarina, Santos, Rio de Janeiro, Bahia (a *Ribeira*), Pernambuco e Pará, além disso, a força naval também tinha, pelo menos, um laboratório pirotécnico no Rio de Janeiro.

Para todos esses estabelecimentos eram necessários operários habilitados o que implicava em algumas dificuldades: apesar de três entre cada cinco habitantes do País serem livres, a sociedade brasileira era escravista e baseada na ideia clássica de que o trabalho era um castigo. Desta forma, o trabalho manual e aqueles que o exerciam eram vistos com desprezo, como colocava um autor no século XIX:

*A preocupação nacional, que exclui dos empregos todo aquele que por si, seus pais ou avós, tiver exercido arte mecânica, isto é, que tiver contribuído com o seu trabalho para a multiplicação das riquezas. Um escravo da mais insignificante Câmara não pode encostar-se na propriedade de seu ofício sem provar verdadeira ou falsamente a perpetua nação de seus braços e dos seus pais e avós. De sorte que os netos de Pedro, grande imperador da Rússia, não poderiam entre nós*

---

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Livro 1º de Regimentos. 1684-1725. Registro de provisões da casa da moeda da Bahia. 1775. Vol. LXXX. Biblioteca Nacional. snt. p. 311.

<sup>7</sup> MAPA demonstrativo do número de operários das diferentes oficinas do Arsenal de Guerra da Corte, existentes no 1º de dezembro de 1846, e das alterações ocorridas daquela data até o último de dezembro do ano próximo passado. Arsenal de Guerra da Corte, 31 de janeiro de 1846. IN: BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório da repartição dos negócios da Guerra apresentado... Assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 6ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado, João Paulo dos Santos Barreto*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846.

*conseguir os cargos de Estado por ter aquele herói manchado as suas mãos no Texel, pegando na enxó e no machado.*<sup>8</sup>

Assim, significando que os descendentes de trabalhadores não poderiam pertencer à nobreza e, com isso, assumir cargos Públicos. Essa forma de ver o mundo, aliado à disponibilidade de terras, dificultava a obtenção de trabalhadores, aqueles que estivessem dispostos a se aventurar sempre poderiam obter terras próprias no sertão.

Para as manufaturas – todas elas –, era um problema conseguir pessoal para trabalhar nas oficinas, ainda mais considerando a estrutura da formação dos artesãos. Apesar de no Brasil, as corporações de ofício não terem se estabelecido com o mesmo rigor da Europa e de terem sido extintas oficialmente com a constituição de 1824, a estrutura de trabalho seguia muito o modelo medieval: somente os mestres podiam ter suas “tendas” e oficinas, o que hoje chamaríamos de lojas, tendo como empregados artesãos, chamados oficiais, que não tinham recursos para adquirir seus meios de trabalho – as instalações e ferramentas.

Aos mestres caberia a instrução de crianças para aprenderem um ofício artesanal, mas isso não era feito de forma sistemática ou mesmo “amigável” para aqueles que procuravam se formar em um ofício, os *aprendizes*: era costume se dar um “dote” ao mestre, para que este recebesse os pretendentes a aprender um ofício, estes passando a morar na casa do artesão e ficando à mercê dele sem receber pagamento, até que tivessem adquirido as habilidades necessárias para trabalhar por si. O ensino também não era eficiente, o jovem aprenderia realizando trabalhos práticos dados pelo operário que supervisionaria a ação.

Como consequência, a formação de pessoal era um sistema errático e limitava o número de pessoas que podiam aprender uma profissão, assim como os resultados que podiam ser obtidos. Sem mencionar os possíveis abusos, os mestres tendo direitos de disciplinar seus aprendizes às vezes usavam métodos violentos – em 1857 foi publicada uma matéria no *Diário do Rio de Janeiro*, sobre um sapateiro civil que tinha aprendizes homens e mulheres, “a quem espanca barbaramente a ponto de incomodar a vizinhança com os gritos dos padecentes”.<sup>9</sup>

Tudo conspirava contra a obtenção de pessoal para as manufaturas das forças armadas, ainda mais considerando que os ofícios dos Arsenais nem sempre tinham ape-

---

<sup>8</sup> BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura, e comércio da Bahia, pelo desembargador João Rodrigues de Brito*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921. p. 38

<sup>9</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 21 de fevereiro de 1857.

lo para os trabalhadores. Artesãos para serem empregados como *espingardeiros* (especialistas no reparo de armas) e *coronheiros* (carpinteiros de coronhas) eram uma necessidade vital para as forças armadas, mas suas possibilidades de emprego eram limitadas na sociedade civil.

Uma das soluções encontradas foi a militarização de alguns profissionais. Em 1764, a organização da Artilharia passou a prever que uma das companhias de cada regimento seria de *artífices e pontoneiros*, com 26 artesãos: funileiros, torneiros, cordeiros (fabricante de cordas), um fundidor, ferreiros, serralheiros (que deveriam ser também espingardeiros), carpinteiros de veículos e carpinteiros de “obra branca”, estes últimos devendo ter conhecimento do trabalho de marceneiros,<sup>10</sup> pessoal que recebia bem mais do que os soldados comuns, quase o mesmo que um 2º Tenente, provavelmente como uma forma de atrair mão de obra para o serviço militar. Em 1808, as unidades foram desmembradas dos regimentos de artilharia, passando a formar as Companhias de Artífices, sendo sediadas nos Arsenais.

A proposta do exército era ter pessoal com habilitação técnica, não apenas para trabalho nas oficinas, mas também para apoiar as tropas em operação em campanha, como ocorreu em diversas ocasiões. Entretanto, o número de Artífices nunca foi muito elevado, apesar de receberem um vencimento por seus trabalhos nas oficinas além do soldo militar, a vida nas tropas não era um grande atrativo, ainda mais considerando que havia uma grande demanda na sociedade civil por trabalhadores qualificados. Sempre foi muito difícil completar os quadros das Companhias de Artífices com voluntários, sendo necessário fazer uma seleção entre os recrutas feitos à força, para encontrar artesãos com alguma habilitação. Uma solução longe de ser ideal, já que não se podia ter controle sobre a qualificação dos recrutas.<sup>11</sup>

Outra solução encontrada para obtenção de artesãos qualificados era a formação dos mesmos no próprio Arsenal. Para tanto, havia o costume de aceitarem aprendizes –

---

<sup>10</sup> PORTUGAL – Alvará de 15 de julho de 1763. *Plano que sua majestade manda seguir e observar na formatura e serviços dos regimentos da artilharia destes reinos*. A implantação desse regulamento se deu no ano seguinte no Brasil.

<sup>11</sup> Em 1860 o diretor do Arsenal escrevia ao Ministro da Guerra, solicitando que não fosse “enviado para assentar praça no referido Corpo [de artífices] recruta ou voluntário algum sem que previamente seja aqui apresentado e examinado”, por causa de apresentação de pessoal não qualificado. BRASIL – Arsenal de Guerra – *Ofício do Diretor do Arsenal de Guerra, Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao Ministro, Sebastião do Rego Barros*. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1860. Mss Arquivo Nacional (ANRJ).

livres e escravos – nas oficinas “gratuitamente”,<sup>12</sup> isto é, sem que os pais dos aprendizes tivessem que pagar o dote. Na verdade, o governo ia além da prática da sociedade civil, a partir de 1837 pagavam uma gratificação para os aprendizes livres, os preferidos pela instituição. Na década de 1840 o Arsenal deixaria de aceitar escravos como aprendizes ou mesmo operários contratados. Os vencimentos para os aprendizes dos ofícios considerados como estratégicos (espingardeiros, serralheiros e ferreiros) eram maiores e o ensino, como nas corporações de ofício, era feito pelos mestres das oficinas.

A ideia inicial era incentivar os pais a apresentarem seus filhos para aprender uma profissão como artesãos civis e este sistema se manteve ao longo da existência dos Arsenais do Exército, até o século XX. No entanto, outra maneira de formação de pessoal habilitado foi criada e, como explanaremos a seguir, não tinha fins unicamente práticos, destinava-se mais a suprir uma necessidade social.

Em 1818 foi extinto o Seminário São Joaquim (escola de formação de padres), situado no Rio de Janeiro e o governo, no decreto que o incorporou ao patrimônio da coroa, determinou que os alunos que não estivessem suficientemente avançados no seu estudo fossem enviados para o Arsenal, ficando adidos ao mesmo, onde receberiam meio soldo, alimentação e uniformes, até adquirirem habilidades técnicas, passando então a receberem o soldo por inteiro.<sup>13</sup> Este seria o início de uma prática que continuaria até o final do século XIX: a militarização de um sistema de ensino profissional, que existira paralelamente ao de aprendizes civis.

Quanto aos aspectos sociais da organização, podemos dizer que encontramos um documento de 1825 determinando que dez expostos da Santa Casa passassem a ser adidos à Companhia de Artífices,<sup>14</sup> o que mostra a intenção de dar apoio aos elementos menos privilegiados da sociedade. Os “expostos” eram bebês deixados anonimamente nas Santas Casas de Misericórdia para serem criados pela instituição, já que seus pais não tinham condições para isso. As Santas Casas os enviavam para amas de leite até os sete anos de idade, quando então procuravam um destino para os menores. Podiam ser enviados para os colégios de jesuítas, Seminários Diocesanos, Recolhimentos de Meninas Órfãs ou serem dados a famílias para serem criados, todas soluções problemáticas

---

<sup>12</sup> Anúncio publicado no DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 17 de janeiro de 1839.

<sup>13</sup> BRASIL – Decreto de 5 de janeiro de 1818. *Manda incorporar aos próprios da Coroa o Seminário de S. Joaquim e destina-o para aquartelamento das tropas.*

<sup>14</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do Coronel Francisco de Paula e Vasconcellos diretor do Arsenal de Guerra ao Ministro da Guerra.* Rio de Janeiro, 22 de julho de 1825. Mss. ANRJ.

devido à falta de recursos financeiros governamentais para sustentar os órfãos. Isso era um problema grave, considerando que o número de expostos era muito grande, mesmo com a elevada mortalidade existente na Casa dos Expostos. Há na documentação do Arsenal menções a menores com número de matrícula na ordem de quinze mil,<sup>15</sup> indicativo que a Santa Casa recebia uma média de pelo menos 150 crianças por ano, desde a criação da instituição no século XVIII.

A partir disso, uma solução seria aceitar os expostos como internos nos Arsenais, para mantê-los até que fossem capazes de se sustentar por meios próprios, e aproveitar a oportunidade para dar ensino básico e técnico, fornecendo mão de obra especializada para o próprio Arsenal. Para isso, havia uma escola no Arsenal aberta a todas as pessoas, dando aulas para “meninos nacionais e estrangeiros”,<sup>16</sup> com as disciplinas de “primeiras letras” (ler, escrever e contar), desenho e escultura, além do aprendizado de ofícios. Uma parte das crianças acolhida era de alunos internados, adidos à Companhia de Artífices, estes recebendo meio soldo, além de uma pequena gratificação por dia trabalhado nas oficinas, como especificado desde 1818. No Arsenal se destinou uma sala a eles para servir de dormitório e os professores lecionavam gratuitamente.<sup>17</sup>

Independente da observação acima, que os professores de primeiras letras, desenho e escultura não eram remunerados, é evidente que a instituição tinha um custo para o governo, pois era necessário providenciar alojamento, alimentação e vestimenta para os aprendizes adidos, ainda que inicialmente houvesse a previsão de descontar do soldo e *jornais* os pagamentos feitos por dia trabalhado aos que trabalhavam nas oficinas, como era costume na época nas forças armadas,. Porém, o pagamento desses jornais não era comum para aprendizes, ainda mais porque a capacidade produtiva deles, tanto em termos de habilidade técnica como de força física, era muito reduzida, de forma que a proposta do Arsenal era realmente excepcional para a época.

A questão do custo da instituição tem uma grande importância para entender a proposta Social da Companhia de Aprendizes. Por causa da Guerra de Independência, seguida da Guerra de Cisplatina, o governo tinha que lidar com constantes e altos déficits financeiros – a média anual dos saldos negativos do orçamento entre 1823 e 1830

---

<sup>15</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do ministro Jerônimo Francisco Coelho ao brigadeiro diretor do Arsenal de Guerra, Salvador José Maciel*. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1844. Mss ANRJ.

<sup>16</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório da administração do ministério da Guerra apresentado na Augusta Câmara dos senhores deputados na Sessão de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Patriótica D'Astrea, 1832. p. 11.

<sup>17</sup> *id.*

foi de 28%, mesmo contando com a entrada de recursos obtidos por meio de grandes empréstimos feitos no exterior em 1823 e 1829.<sup>18</sup> Dessa forma, com a abdicação foram tomadas uma série de medidas de economia visando reduzir os gastos governamentais, uma das mais radicais foi a drástica redução dos efetivos militares que passaram de cerca de 29.000 homens no Exército em 1829 para apenas 12.000, dois anos depois (redução de 60%), e em 1836, para 6.300 (redução de 80% em relação ao início).<sup>19</sup> Foram baixados decretos eliminando uma série de cargos militares,<sup>20</sup> bem como se ordenou o desarmamento de dezenas de fortes existentes no Brasil.<sup>21</sup> A redução de efetivos foi tão severa que chegou a ser formado um batalhão – o de “oficiais solados Voluntários da Pátria” – inteiramente composto por oficiais sem emprego<sup>22</sup> e que tinham que viver com cortes de soldos da ordem de 50%. Até a assistência aos inválidos foi reduzida, com a extinção do “Corpo de Veteranos”, uma unidade que recebia pessoal inválido para o serviço ativo.

Nesse contexto de cortes, é fascinante que os menores do Arsenal não sofreram o mesmo destino, chegou a ser discutida a possibilidade de extinguir a prática de adir crianças aos Artífices,<sup>23</sup> mas a decisão final não foi pela economia. Pelo contrário, houve um aumento de gastos com eles, pois a situação foi regulamentada por um decreto de 1832<sup>24</sup> que previa o pagamento de um encarregado pelo ensino dos menores, o “pedagogo”, bem como outros professores e se definiu que seriam aceitos cem menores. Esse número era bem elevado, considerando que por causa da redução de gastos, o Arsenal sofreu uma diminuição em seu quadro de pessoal – em 1836, antes da crise causada pelas revoltas da Balaiada, Cabanagem e Farroupilha, na instituição restaram apenas

---

<sup>18</sup> CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Brasília: Senado, 1980. pp. 127 e segs.

<sup>19</sup> SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar: 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 204.

<sup>20</sup> BRASIL - Decreto de 5 de dezembro de 1831. *Manda suprimir os Comandos de Armas de diversas Províncias, e as gratificações dos Comandantes de certas vilas e fortificações*.

<sup>21</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Circular a todos os presidentes das províncias. Ministro da Guerra, Manuel da Fonseca Lima e Silva*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1831. Mss ANRJ.

<sup>22</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do ministro da guerra Manoel da Fonseca Lima e Silva para o diretor do Arsenal de Guerra*. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1831. Mss ANRJ.

<sup>23</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ministro da Guerra, Manoel da Fonseca Lima e Silva*. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1831. Mss ANRJ.

<sup>24</sup> BRASIL – Decreto de 21 de fevereiro de 1832. *Dá Regulamentos para o Arsenal de Guerra da Corte, Fábrica da Pólvora da Estrela, Arsenais de Guerra e Armazéns de depósitos de artigos bélicos*.

219 operários, dos quais 49 eram aprendizes não internos,<sup>25</sup> pois as aulas no Arsenal continuaram abertas a outras crianças não adidas aos Artífices, inclusive escravos.

O Regulamento de 1832 marcou que a visão da organização seria claramente assistencialista: só deveriam ser aceitos como internos os expostos da Santa Casa da Misericórdia, os órfãos indigentes e “os filhos de pais nimiamente [extremamente] pobres”.<sup>26</sup> O regulamento manteve o ensino que já era dado, o de primeiras letras e desenho, sendo que havia também um professor de escultura, apesar de não ser mencionado no regulamento, as aulas sendo dadas no turno da manhã e, a tarde sendo dedicada ao ensino de ofícios nas oficinas, sob a supervisão dos respectivos mestres.

Os menores, que deveriam ter de 8 a 12 anos quando da sua admissão no Arsenal, eram mantidos em regime de internato até sua maioridade, pelo menos em teoria, só podendo visitar seus parentes e guardiões nos domingos e feriados. Os meninos dormindo em alojamentos comunitários, em 1833 foi construído um prédio só para eles, recebendo uniformes, alimentação e a gratificação por seus serviços nas oficinas do Arsenal, como anteriormente. Não era um valor elevado, equivalia à metade do vencimento diário de um trabalhador braçal no período, mas isso não incluía o alojamento, roupa e alimentação, de forma que não seria um valor desprezível. De fato, as condições eram tão vantajosas que várias pessoas procuravam o Arsenal para colocar seus dependentes entre os Aprendizes, mesmo não se enquadrando especificamente nos termos do regulamento.<sup>27</sup>

Deve-se dizer que, nesse momento, os Aprendizes eram apenas uma iniciativa assistencialista: o objetivo maior era a formação de pessoal, mas não havia nenhuma obrigação de que os meninos, uma vez que tivessem concluído seu aprendizado, continuariam a trabalhar no Arsenal ou que se engajariam na Companhia de Artífices. Mesmo assim, a instituição teve uma notável expansão: em 1837 passaram a ser admitidos duzentos deles no Rio de Janeiro, havendo cinquenta aprendizes no Rio Grande do Sul (em parte pagos pelo governo provincial), cem na Bahia, cem em Pernambuco, outros

---

<sup>25</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relatório do estado do pessoal das oficinas do Arsenal de Guerra da Corte e dos objetos que se devem presentemente nelas fabricar*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1836. Mss ANRJ.

<sup>26</sup> BRASIL – Decreto de 21 de fevereiro de 1832, *op. cit.*

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, ao Diretor do Arsenal de Guerra, Antônio João Rangel de Vasconcellos*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1837. Mss AN. IG7323.

cinquenta no Pará e 50 no Mato Grosso, totalizando 550 aprendizes em 1840,<sup>28</sup> número que cresceu ao longo dos anos em todos os Arsenais do País. Em 1895, eram 250 menores no Rio de Janeiro.

Apesar da procura das pessoas para colocar seus filhos nos Aprendizes Menores, tendo em vista as oportunidades de emprego abertas aos formados, podemos assumir que poucos decidiriam seguir a árdua carreira militar. Isso obviamente não era bom para o Exército, ainda mais considerando o imenso custo da instituição em um momento de corte de despesas. Na proposta de orçamento do Império de 1839, de um total de cinco mil contos (milhões) de réis, se previa um gasto de 332 contos com os Arsenais (6,6% do orçamento) e 115 contos com os Artífices e Aprendizes (2,3% do orçamento), enquanto a Escola Militar, o curso de formação de oficiais do Exército, receberia apenas cinquenta contos (1% do orçamento). Os Artífices e Aprendizes correspondiam ao terceiro maior gasto do orçamento, só perdendo para os gastos com pessoal e dos próprios arsenais.<sup>29</sup>

A falta de um compromisso dos menores ensinados, em ingressar no exército levou à reforma da instituição em 1842, com um novo decreto.<sup>30</sup> Por este, o Arsenal manteria uma contabilidade de todos os gastos feitos com a educação e sustento da criança internada, os responsáveis por eles, fossem parentes ou o juiz de órfãos, assinavam um compromisso de reembolso ao governo com essas despesas, caso quisessem retirar as crianças da Instituição.

Dever-se repetir que a educação e sustento dos menores custavam valores bem elevados para a época, algumas das cadernetas de Aprendizes Menores, em 1866, chegavam a um conto e trezentos mil réis, o equivalente ao soldo de um tenente por três anos. Isso criava uma dívida que deveria ser paga pelo Aprendiz, em alguns casos em até doze anos, com o desconto de parte de seus vencimentos, quando passasse a compor o quadro de funcionários do Arsenal.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 10 de agosto de 1840.

<sup>29</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30 de agosto de 1839.

<sup>30</sup> BRASIL – Decreto nº 113, de 3 de janeiro de 1842. *Dando nova organização às Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra, em conformidade do art. 39 da Lei n. 243 de 30 de novembro de 1841.*

<sup>31</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relação das praças que pertenceram ao extinto Corpo de Artífices, Virgílio Fogaça da Silva, Major comandante Geral das Companhias, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1866. Mss ANRJ.*

Trabalhar era outra obrigação dos Menores: quando adquiriam a capacidade necessária para passarem à categoria de “mancebos”, a mais baixa do corpo de operários, eram desligados e transferidos para as Companhias de Artífices, onde ficariam adidos até a idade militar, 18 anos. Depois seriam alistados na tropa, tendo a obrigação de servir na mesma por mais oito anos. Deve-se observar que o sistema de cobrança dos gastos não era um inerentemente injusto: havia a possibilidade do menor economizar com seu trabalho valores superiores à sua dívida, passando a ser credor do governo. Há uma relação de 1880, na qual cerca de 9% dos menores apresentavam pecúlios maiores do que suas dívidas, em um caso, novecentos mil réis a mais, o equivalente a dez meses de soldo de um tenente naquele ano.<sup>32</sup>

O currículo dos menores foi expandido com uma cadeira de música, em 1849 esta era dividida em música marcial e instrumental.<sup>33</sup> Mais tarde, houve outra ampliação no currículo acadêmico, com o professor de desenho passando a ensinar também “geometria, mecânica, desenho linear e desenho de máquinas”, havendo outro professor encarregado de desenho de arquitetura e ornatos.<sup>34</sup> Finalmente, apesar de não haver especificação para o cargo de professor de ginástica no regulamento de 1842, a partir de 1849 ele tinha a obrigação de adestrar as crianças no combate a incêndios<sup>35</sup> – curiosamente no mesmo ano, o Arsenal formou com os Artífices um destacamento de bombeiros, mas os menores não fizeram parte. Próximo ao final da história dos aprendizes, o currículo acadêmico era bem completo: há registros de exames de geometria, aritmética, desenho, música, ginástica, esgrima (não era parte da ginástica, tendo mais alunos do que ela), enquanto a aula de primeiras letras passou a incluir gramática, geografia, história do Brasil, leitura e caligrafia<sup>36</sup>.

Entretanto, pelas relações existentes, a presença nessas aulas não era obrigatória a todos. Em 1861, havia 164 menores inscritos nas Companhias e todos compareciam às aulas de primeiras letras, mas apenas 42 assistiam a de desenho, 32 a de música e 86 a

---

<sup>32</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relação nominal dos operários militares*. Lino José dos Santos de Macedo Figueiredo, 1º Oficial. Rio de Janeiro, 11 de março de 1881. Mss ANRJ.

<sup>33</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Designação das aulas e oficinas frequentadas pelos menores*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1849. Mss AN

<sup>34</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ministro da Guerra, Antônio Manoel de Melo, ao diretor do Arsenal, José de Vitória Soares de Andréa*. Rio de Janeiro 25 de julho de 1863. Mss ANRJ.

<sup>35</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Sousa e Melo, ao Vice-Diretor do Arsenal de Guerra*. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1849. Mss ANRJ.

<sup>36</sup> BRASIL – Companhia de aprendizes artífices. *Ofício de Francisco de Paula Ferreira Gomes, Capitão presidente da comissão de Exames*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1888. Mss ANRJ.

de ginástica.<sup>37</sup> A documentação não esclarece a razão disso, mas podemos supor que fosse devido à falta de vocação de algumas crianças para as outras matérias.

O ensino profissional era dado nas oficinas, sob a supervisão dos mestres ou dos operários mais qualificados, havendo ensino das seguintes profissões: carpinteiros de construção de reparos (carretas de artilharia) e máquinas, carpinteiros de obra branca, torneiros, tanoeiros, coronheiros, ferreiros, serralheiros, espingardeiros, latoeiros, instrumentos bélicos (fabricantes de instrumentos musicais), funileiros, correeiros, seleiros (de selas), sapateiros, alfaiates, bandeireiros (de bandeiras), barraqueiros (de barracas), pintores, escultores, desenhadores, gravadores, e pedreiros.<sup>38</sup>

O quadro letivo era supervisionado pelo pedagogo, responsável pela educação das crianças e pela administração da unidade: cabia a ele fiscalizar as refeições, tendo “especial cuidado em que a comida seja bem feita, e com asseio, e que haja abundância sem desperdício”.<sup>39</sup> Também cabia ao pedagogo aplicar os “castigos moderados com que é lícito aos pais corrigir as faltas de seus filhos, e aos mestres as de seus discípulos”.<sup>40</sup> Finalmente, havia os guardas, inicialmente quatro, responsáveis pela vigilância das crianças, com uma série de outras obrigações, inclusive a sua higiene. Em 1850, foi criada uma enfermaria para tratar os Menores no Arsenal, de forma que não mais fossem enviados ao hospital militar.<sup>41</sup>

O regulamento de 1842 definia a rotina dos meninos:

*Artigo 17 Os Aprendizes Menores deverão estar acordados ao romper do dia: depois de lavados e vestidos entrarão em forma de revista; e desta marcharão por esquadras para aulas ou oficinas: terão meia hora de descanso para almoçarem: jantarão à meia hora depois do meio dia, e às duas regressarão para as aulas ou oficinas: depois da ceia se recolherão aos dormitórios, onde serão entretidos uma hora na instrução da doutrina e rezas cristãs. Darão graças a Deus ao levantarem, depois de jantar, e da ceia. Ouvirão Missa todos os Domingos e Dias Santos, e cumprirão anualmente com o preceito da desobrigação quadregesimal. O tempo que ficar livre aos menores de suas obrigações ordinárias será empregado em recreações inocentes, exercícios ginásticos, e passeios do Arsenal nos dias que não forem de trabalho. Em ocasiões oportunas serão exercitados na natação.*

---

<sup>37</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Mapa demonstrativo da companhia de Aprendizes menores do Arsenal de Guerra da Corte, com as alterações ocorridas do 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1861*. Mss ANRJ.

<sup>38</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 17 de janeiro de 1839.

<sup>39</sup> BRASIL – Decreto nº 113 de 3 de janeiro de 1842, *op. cit.*

<sup>40</sup> *id.*

<sup>41</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal, José Maria da Silva Bittencourt ao Ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1850.

Deve-se dizer que essa rotina não era muito voltada ao trabalho braçal e sim ao aprendizado técnico e acadêmico, foi encontrado um horário das aulas para os artífices, datado de 1895, que especifica o tempo disponível para as aulas práticas, limitado entre após o almoço até às 16h, em média três horas por dia.<sup>42</sup> As Companhias nunca foram uma forma de conseguir mão de obra barata, pelo contrário.

Um último aspecto que gostaríamos de apontar é o tocante à militarização da escola. Já em seus anos iniciais, os meninos eram tratados com disciplina militar: usavam uniformes militares (azuis) e tinham algum treinamento. Por exemplo, nas comemorações do aniversário do Imperador em 1839 (quando ele tinha apenas 14 anos), o Arsenal sediou várias festas para o futuro monarca, com a presença de Pedro II e “As sentinelas da barraca imperial foram feitas pelos Aprendizes Menores do arsenal, armadas com armas proporcionadas ao seu tamanho”.<sup>43</sup> Essas provavelmente eram “clavinas”, carabinas de pequenas dimensões usadas pela cavalaria. Mais tarde, o governo adotaria fuzis especiais, de tamanho reduzido para crianças, os modelos 1866 e 1892.<sup>44</sup>

De qualquer forma, a partir de regulamento de 1842, a militarização dos Aprendizes passou a ser explícita, até no próprio nome da instituição, que passou a chamar-se “Companhias de Aprendizes Menores”, estas sendo divididas em “esquadras” como se fossem unidades do exército, o que fazia sentido, já que os menores se destinavam à complementação do efetivo dos Artífices. No final da história da instituição, o programa de aulas previa duas horas semanais de “exercícios militares” para os internos.<sup>45</sup>

Apesar das boas intenções do regulamento, o mesmo tinha seus problemas, o principal deles era inerente da forma de pensar da época: o ensino técnico deveria ser feito pelos mestres do Arsenal que tinham uma imensa quantidade de atribuições e responsabilidades, tendo sob sua direção direta um grande número de operários – em 1847 havia 21 oficinas, cada uma com um mestre responsável pelo ensino de aprendizes, mas que também gerenciavam o trabalho dos 687 operários do Arsenal, inclusive 114 apren-

---

<sup>42</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. Horário para execução do programa de ensino mandado adotar na Companhia de Aprendizes Artífices pela portaria da diretoria deste Arsenal sob nº 86, de 2 de fevereiro corrente. Joaquim Balthazar de Abril Sodré, Capitão 1º Ajudante, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1895. Mss ANRJ.

<sup>43</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 5 de dezembro de 1839.

<sup>44</sup> Armas de menores. [http://www.armasbrasil.com/SecXIX/Exercito\\_profissional/espingarda\\_de\\_menores.htm](http://www.armasbrasil.com/SecXIX/Exercito_profissional/espingarda_de_menores.htm) e [http://www.armasbrasil.com/SecXIX/declinio/ArmasFogo/comblain\\_menores.htm](http://www.armasbrasil.com/SecXIX/declinio/ArmasFogo/comblain_menores.htm) (acesso em maio de 2016).

<sup>45</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. Horário para execução, *op. cit.*

dizes civis.<sup>46</sup> Era muito difícil que esses trabalhadores pudessem se dedicar ao ensino de forma individual e isso já era apontado como um problema na época:

*O aproveitamento na instrução primária e nas artes mecânicas, relativo às aulas e às oficinas que frequentaram, não correspondeu aos meus desejos e nem a solicitude com que me tenho ocupado neste ramo; e não é possível conseguir-se melhor resultado sem que se opere completa mudança nos respectivos professores e se estabeleçam medidas enérgicas que obriguem os mestres e oficiais mentores das oficinas a tomarem o devido interesse pelos mesmos aprendizes.<sup>47</sup>*

De qualquer forma, não se pode dizer que a instituição tenha sido um fracasso em termos de formação de pessoal para o Exército. Por um lado, a documentação, com muitos pedidos de pessoas para inclusão de seus filhos nos Aprendizes Menores, mostra que a instituição, apesar de todos os seus problemas e das graves exigências feitas aos alunos, era vista como uma opção de educação, conforme apontado por um ministro da guerra que escreveu que a utilidade da companhia é “confirmada pelo concurso de pretendentes à admissão de seus filhos, e pupilos, que por falta de meios de educação se tornariam entes pesados à sociedade”.<sup>48</sup> Outra demonstração da aceitação da instituição era o fato de em muitas ocasiões apresentar um número de internos bem acima do autorizado, os excedentes ficando “encostados” ou adidos.

Por sua vez, muitos os órfãos e crianças pobres encaminhadas para o Arsenal – talvez a maioria – não tinham vocação para a carreira fabril e o aprendizado não seria profícuo. Para estes, restava a possibilidade de se engajarem como músicos – a banda dos menores era muito apreciada<sup>49</sup> – ou seguirem para a tropa como soldados. Neste caso, a formação escolar lhes ajudaria, já que a escrita e aritmética básica eram pré-requisitos para o preenchimento das vagas de sargentos. De qualquer forma, o número de Menores que realmente aprendiam um ofício sempre foi suficiente para fornecer pessoal para as Companhias de Artífices/Operários Militares, mesmo que não gerassem um grande excesso de operários qualificados para as indústrias civis.

Uma das razões disso, era que muitos menores de idade eram enviados para o exército para serem recrutados como soldados comuns. Devemos lembrar que a visão da

---

<sup>46</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Mapa n° 7 – Número de operários das diferentes oficinas deste Arsenal existentes em 1° de janeiro de 1847 e das alterações ocorridas daquela data até o último de dezembro do mesmo ano.* Mss ANRJ.

<sup>47</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao Sr. chefe da 1ª Seção da 1ª Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Guerra, Mariano Carlos de Sousa Correa.* Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1862. Mss ANRJ.

<sup>48</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relatório do Estado do Arsenal, José Maria da Silva Bittencourt, Marechal de Campo e diretor.* Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1851. Mss ANRJ.

<sup>49</sup> *id.*

época do papel de uma criança era bem diferente da atual, a proteção à infância e a luta contra o trabalho infantil são uma forma de pensar do final do século XIX e início do século XX. Assim, os recrutas menores que tinham um desenvolvimento físico de adulto eram efetivamente incorporados à tropa, já que a seleção não era das mais criteriosas. Mesmo nos próprios Aprendizes Menores, há casos de crianças de até treze anos sendo enviadas para ficarem adidas à Companhia de Artífices, pois tinham conhecimentos técnicos suficientes e, principalmente, o desenvolvimento físico de adultos, pelo menos na visão da época.<sup>50</sup> O próprio regulamento dos Arsenais, de 1872, que tratava das Companhias de Menores, especificava que estes ficariam na instituição até os 16 anos, depois passando a adidos à tropa.

Um exemplo do emprego de menores de idade nas tropas do exército pode ser visto durante a revolução Farroupilha, quando o Diretor de Instrução Primária do Rio Grande do Sul reclamou junto ao comando do exército em operações, o Marquês de Caxias, que estavam sendo recrutados alunos das escolas públicas, sem a idade necessária para o serviço. Entretanto, a resposta de Caxias não foi das mais tranquilizadoras: ele simplesmente determinou que não se recrutassem os alunos que “não tenham maior idade que a de 16 anos”<sup>51</sup>, ou seja, sem obedecer às normas legais sobre o serviço militar, que previam a incorporação de soldados apenas aos 18 anos.

Dentro desse sistema de recrutamento, abusos eram inevitáveis e muitas vezes crianças pequenas eram enviadas para serem incorporadas à tropa, mesmo aquelas que não tinham desenvolvimento físico de adulto. Em 1861, por exemplo, o Ajudante Geral do Ministério da Guerra escreveu ao diretor do Arsenal de Guerra que:

*Entre os recrutas vindos ultimamente da Província das Alagoas, contam-se os menores Francisco Pereira da Silva, Manoel Gonçalves dos Anjos e Belmiro da Rocha, dos quais, o mais velho tem 11 anos.*<sup>52</sup>

Mesmo com os recrutadores agindo dessa forma, deve-se defender o Exército, já que a prática era de não aceitar essas crianças pequenas: quando estas eram detectadas

---

<sup>50</sup> Um estudo sobre um desses casos pode ser visto no artigo: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Aos esquecidos, uma reparação. Estudo sobre um operário do Arsenal de Guerra na Guerra do Paraguai. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 42, 2010. p. 47 e segs.

<sup>51</sup> BRASIL – Comando em Chefe do Exército. Ofício do Marquês de Caxias ao Comandante da Guarnição de Porto Alegre, Quartel general da Presidência e do Comando em chefe do Exército, Bagé, 24 de novembro de 1844. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, v. 7. Porto Alegre, 1983. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983. p. 32.

<sup>52</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Ofício do Ajudante Geral, Marechal de Campo Francisco Felix da F. Pereira e Pinto, ao diretor do Arsenal de Guerra, Alexandre Manoel Albino de Carvalho*. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1861. Mss. ANRJ. O grito é nosso.

nos exames médicos eram devolvidas a seus pais ou guardiões. Um problema surgia quando não se sabia quem seriam esses guardiões e a solução encontrada foi colocar as crianças nos Aprendizes Menores, o que ocorreu em diversas ocasiões da história da instituição, como no caso dos alagoanos acima mencionados. Todavia, durante a guerra do Paraguai, a questão do que fazer com as crianças ilegalmente recrutadas se tornou um problema muito grave, havendo registros de dezenas de menores enviados para o exército como “voluntários da pátria”.

Assim, encontramos a menção de que somente em 1865, 23 menores eram provenientes dos contingentes de voluntários e guardas nacionais vindos do Ceará<sup>53</sup> e no Batalhão 107 da Guarda Nacional e no Corpo de Voluntários *Princesa Leopoldina*, ambos da Bahia, haviam 21 menores,<sup>54</sup> uma prática que se observa também em contingentes de outras províncias.<sup>55</sup> Além disso, várias crianças vinham acompanhando suas famílias nos batalhões de voluntários ou eram remetidas da frente de combate, onde, às vezes, ficavam órfãos. A ordem inicial do ministério, dentro da ideia assistencialista da instituição, foi receber todas essas crianças nos Aprendizes Menores,<sup>56</sup> uma solução de curto prazo por causa dos problemas de lotação na Instituição, sendo necessário encontrar uma resposta efetiva.

A atitude do exército foi a criar o “Depósito de Aprendizes Artilheiros” no início de 1866, com a função de preparar graduados (sargentos e cabos) para a artilharia, dando-lhes educação básica e aceitando jovens de 12 a 19 anos, além de menores dos artífices que não tivessem aptidão para as Companhias de Operários Militares<sup>57</sup> e “os filhos

---

<sup>53</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ajudante Geral Interino, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, ao Diretor do Arsenal Francisco Antônio Rapozo*. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1865. Mss ANRJ.

<sup>54</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ajudante Geral Interino, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, ao Diretor do Arsenal Francisco Antônio Rapozo*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1865. Mss ANRJ.

<sup>55</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ajudante Geral Interino, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, ao Diretor do Arsenal Francisco Antônio Rapozo*. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1865. Mss ANRJ. Este mesmo documento menciona ainda seis nomes, dois de Pernambuco, um do Piauí e três da Bahia, dois destes últimos dos *Zuavos da Bahia*, uma unidade composta só de negros.

<sup>56</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Aviso do Ministro da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, ao diretor do Arsenal, Coronel Francisco Antônio Rapozo*. Rio de Janeiro 19 de junho de 1865. Mss ANRJ.

<sup>57</sup> Pelo decreto 3.555, de 1865 as Companhias de Artífices do Exército foram extintas, sendo substituídas pelas Companhias de Operários Militares, com mais ou menos as mesmas funções. BRASIL – Decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865. *Extingue os Corpos de Guarnição do Exército, eleva o número dos moveis, dá nova forma aos Corpos e Companhias de Artilharia, reduz os de Cavalaria, cria Corpos de Caçadores a cavalo, Companhias de Operários em substituição às de Artífices, estabelece depósitos especiais de instrução e de disciplina, e Companhias ou baterias e depósito, de Aprendizes Artilheiros*.

das praças de pré falecidas em combate ou em serviço, que ficarem abandonados”,<sup>58</sup> os filhos de pessoas indigentes e os que fossem apresentados por seus responsáveis. Ou seja, algo semelhante aos Aprendizes, mas voltado diretamente para as necessidades de pessoal do exército. De qualquer forma, era uma instituição complementar, pois, como exposto acima, aceitava os Aprendizes que não tinham vocação para trabalhos nas oficinas. Ainda assim, as crianças com menos de 12 anos que fossem apresentadas ao Depósito de Aprendizes Artilheiros eram enviadas para os Aprendizes Menores, o local mais adequado para as crianças pequenas.

Em 1872, os Aprendizes sofreram uma última modificação pelo regulamento aprovado para os Arsenais de Guerra. Segundo tal regulamento, os alunos deveriam ser incorporados à companhia entre os 7 e 12 anos, devendo ser vacinados, e ficariam nas companhias até os 16, quando passariam para as Companhias de Operários Militares ou ao Depósito de Aprendizes Artilheiros se quisessem seguir a carreira militar. O restante do regulamento reproduzia o que já tinha sido estabelecido anteriormente, apenas com a modificação de que passariam a aceitar na organização, além dos órfãos e pessoas pobres, “os filhos dos operários do arsenal que tiverem mais de dez anos de serviço efetivo, e os das praças de pré do exército ou da armada imperial”<sup>59</sup>.

A instituição continuaria a existir por mais alguns anos, sem maiores mudanças. Com a República, contudo, viria uma mudança radical, já que o governo Imperial tinha mantido uma política econômica baseada em empréstimos externos para sustentar suas despesas, algo que se agravou durante os primeiros anos da República – a dívida pública aumentou 30% entre 1890 e 1897.<sup>60</sup> Com a grande recessão causada pela política econômica dos primeiros anos da República, o governo tomou rígidas ações de controle financeiro, impostas por bancos estrangeiros: uma grande quantidade de papel moeda foi queimada para retirar dinheiro de circulação e outras medidas foram adotadas, como a redução dos gastos do governo, a interrupção de obras públicas, aumento e criação de impostos. Tudo isso culminou numa grande recessão e na quebra de bancos e empresas brasileiras.

---

<sup>58</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Instruções expedidas pelo ministério da guerra sobre a organização dos depósitos de aprendizes artilheiros*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1866. *Correio Paulistano*, 25 de agosto de 1866.

<sup>59</sup> BRASIL – decreto nº 5.118, de 19 de outubro de 1872. *Aprova o regulamento que reorganiza os arsenais de guerra do Império*.

<sup>60</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 260.

Nessa época de crise, outro problema tinha ficado evidente para o Exército: sua organização logística era inadequada, tendo falhado miseravelmente em suprir as forças de operação em Canudos (1897-1898). Uma reformulação na estrutura fabril do Exército não só era necessária, como indispensável, mesmo nas circunstâncias de dificuldades financeiras. Assim, em 1899, o Governo Campos Salles tomou a decisão, questionável, de reformar a organização fazendo cortes brutais na estrutura de material bélico existente. Foram extintos os Arsenais de Guerra do Pará, Pernambuco e da Bahia, as Companhias de Operários Militares e as de Artífices, um dos argumentos usados no texto legal para justificar medida sendo que a proposta de formação de pessoal habilitado não tinha dado certo e, assim,

*Atendendo às condições financeiras em que nos achamos, parece-me não devermos continuar o sacrifício pecuniário, quase improficuo, da manutenção de seis Arsenais de Guerra e das companhias de operários militares e de aprendizes artífices.<sup>61</sup>*

A justificativa apresentada por Campos Salles, contudo, não levava em conta alguns fatores. A proposta inicial dos Aprendizes visava obter a autossuficiência no abastecimento da Força de Terra, na medida do possível na época. É verdade que isso nunca foi totalmente viável, tendo em vista a inexistência de manufaturas no Brasil que pudessem suprir matérias primas e alguns produtos semiacabados. No entanto, o Exército conseguiu, mesmo em situações de extrema dificuldade, manter suas forças supridas de produtos básicos: os uniformes usados no País não eram importados, como fizeram no século XIX e ainda fazem atualmente em alguns países sul-americanos.

Também é importante ressaltar que a redução de despesas ignora a necessidade de pessoal de material bélico para acompanhar as forças em operações – a Comissão de Engenheiros, na Guerra do Paraguai, tinha 320 soldados, incluindo torneiros, ferreiros, maquinistas e até um construtor naval,<sup>62</sup> para operar o pequeno Arsenal montado na linha de frente. A Comissão de Engenheiros que seguiria para o Mato Grosso, no incidente da “Retirada da Laguna”, era composta por 6 engenheiros, 12 carpinteiros, 4 ferreiros, 2 malhadores (auxiliares de ferreiro), 4 cabouqueiros (escavadores) e 2 serralhei-

---

<sup>61</sup> BRASIL – Decreto nº 3195, de 13 de janeiro de 1899. *Suprime Os Arsenais de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, extingue as companhias de operários militares e de aprendizes artífices, cria depósitos de artigos bélicos e dispõe sobre os respectivos prédios e terrenos.*

<sup>62</sup> BRASIL – 1º Corpo de Exército. *Ofício do deputado de ajudante general, Francisco Gomes de Freitas, ao Deputado do Quartel Mestre General, José Carlos de Carvalho. Acampamento do Exército em operações, 19 de novembro de 1866. Mss ANRJ.*

ros.<sup>63</sup> O corpo técnico para essas funções não poderia ser civil e a única forma de prover esses quadros para os corpos de exército em operação era através das Companhias de Operários. Entretanto, essa possibilidade deixou de ser viável com a extinção dessas unidades e as de Aprendizes Artífices, que eram a forma que o Exército havia encontrado para compor o quadro de pessoal das unidades de material bélico, altamente especializadas.

Outro aspecto que não era levado em consideração pelo presidente, foi o papel assistencialista da Instituição dos Aprendizes Menores, que foi criada para atender uma parcela da população carente, dando formação profissional condigna aos menores, havendo diversos exemplos de sucesso de operários formados pela instituição.

Este é um ponto importante, pois ao contrário de outras organizações que acolhi- am menores desvalidos, como os Aprendizes Artilheiros e, principalmente, os Aprendi- zes Marinheiros, os Aprendizes Menores não agiam como forma de controle social, reti- rando potenciais marginais do convívio em sociedade.<sup>64</sup> Toda a documentação aponta que a proposta dos Aprendizes Artífices dos Arsenais de Guerra era realmente dar for- mação profissional e nada além disso, tanto é que os menores considerados como insu- bordinados incorrigíveis nos Aprendizes eram transferidos para os Aprendizes Mari- nheiros,<sup>65</sup> esta sim uma organização com dupla proposta: formação de pessoal e contro- le social.

Também devemos dizer que não concordamos com a visão de que a instituição dos Menores fosse uma forma de exploração do trabalho infantil,<sup>66</sup> por causa da obriga- ção que os menores tinham, depois de 1842, de servir no Exército, só que já *depois de adultos*. Além de ignorar o fato de que o serviço militar era obrigação de todos, incorre no anacronismo de considerar o aprendizado de menores como uma forma de trabalho infantil. Certamente, isto não era a visão da época, como de fato ainda não é hoje: nossa legislação ainda o permite, apesar do aprendizado estar limitado aos 14 anos de idade.

---

<sup>63</sup> BRASIL – Ministério da Guerra. *Ofício do Bacharel José Miranda da Silva Reis*. Rio de Janeiro, 15 de março de 1865. Mss ANRJ.

<sup>64</sup> Para uma visão nessa linha ver: LACERDA, David P. *As companhias de aprendizes artífices e a indústria naval no Segundo Reinado* (notas de pesquisa). <http://docplayer.com.br/9208829-As-companhias-de-aprendizes-artifices-e-a-industria-naval-no-segundo-reinado-notas-de-pesquisa.html> (acesso em maio de 2016).

<sup>65</sup> BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal, Coronel Jeronimo Francisco Coelho ao Ministro da guerra, Pedro de Alcântara Bellegarde*. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1855.

<sup>66</sup> Tal visão pode ser vista em: CRUDO, Matilde Araki. *Ensino de ofícios: práticas e representações dos militares na província de mato grosso, na segunda metade do século XIX*. [www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/117\\_matilde.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/117_matilde.pdf). (acesso em maio de 2016).

De qualquer forma, a função de assistência social – apesar de poder ser considerada como um dever do Estado – certamente não era, como ainda não é, função principal do Exército, de forma que a extinção dos Aprendizes Menores faz certo sentido. Contudo, a medida de economia de Campos Salles criou um vácuo e este teve que ser preenchido depois, em 1909, com a criação das “Escolas de Aprendizes Artífices” nas capitais dos Estados,<sup>67</sup> com as mesmas funções dos antigos Aprendizes Artífices. Essas novas entidades funcionaram até a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que até hoje tem o mesmo objetivo de formação de profissional habilitado.

Do nosso ponto de vista, já que estamos trabalhando em um simpósio temático sobre “História da Guerra e das Instituições Militares”, é importante apontar que as instituições militares tiveram e ainda têm funções muito mais amplas do que uma análise simplista pode permitir entender.

---

<sup>67</sup> BRASIL - Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. *Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.*